



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



Processo n.º 20352/24
Rúbrica @ Fls. 87
Data 22/08/24
**SECRETARIA
DE SAÚDE**

Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro

Proc.: 20.352/2024

Assunto: Recurso administrativo – Pregão eletrônico nº 90.086/2024

O presente processo administrativo fora instaurado a partir do protocolo do Recurso administrativo interposto pela empresa MERAKI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, em face da decisão proferida no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.086/2024, habilitando como então vencedora do certame a empresa MHT DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA.

Há Contrarrazões recursais apresentadas pela Recorrida às fls. 22/55.

Após manifestação da Ilma. Comissão de Pregão III (fls. 56/60), os autos foram encaminhados à Douta Procuradoria-Geral do Município para análise jurídica com o intuito de balizar a decisão final da Pregoeira, tendo aquela especializada exarado Parecer jurídico às fls. 61/85.

Os autos administrativos foram encaminhados ao Setor de Gestão de Processos, Contratos e Convênios da SMS (fls. 86), que diligenciou à Direção desta Unidade de Saúde acerca dos apontamentos técnicos do Recurso Administrativo, notadamente quanto ao teor do Atestado de capacidade Técnica apresentado pela licitante e a ausência de apresentação dos registros da ANVISA dos produtos ora licitados.

Pois bem. Da análise dos termos contidos nos Atestados de Capacidade Técnica apresentados pela empresa MHT DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, constata-se que os Órgãos declarantes atestam para os devidos fins que a empresa licitante já forneceu itens condizentes com aqueles previstos no presente Pregão, o que salvaguarda a Administração que a Recorrida possui experiência no fornecimento dos respectivos itens.

Imperioso registrar que, a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica resguarda a Administração da capacidade técnica do licitante para o regular fornecimento daquilo que é licitado, não percorrendo *in casu*, em contratação de empresas que apresentem propostas aventureiras.

Compulsando os presentes autos, notadamente o texto arrazoado nos respectivos Atestados, vislumbra-se que os documentos registram aquisições similares, idênticas e até superiores ao solicitado por esta Unidade, sendo certo que comprova, *salvo melhor juízo*, que



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



Processo n.º 20352/24
Rúbrica @ Fls. 88
Data 22/08/24
**SECRETARIA
DE SAÚDE**

o interessado já executou, em ocasiões pretéritas, objetos que apresentam as mesmas características do objeto licitado.


Trata-se de uma exigência imposta no instrumento editalício com o desiderato de salvaguardar o interesse público, sobretudo, garantir a efetividade do procedimento licitatório, haja vista a necessidade de comprovação do interessado de que possui capacidade para a execução/cumprimento daquilo que é proposto.

Ante as informações trazidas à baila, sobretudo aquelas que encontram-se arrazoadas nos documentos apresentados, entende esta Unidade de Saúde pelo não acolhimento das razões recursais, eis que os Atestados de Capacidade Técnica apresentados pela Recorrida atendem, de forma satisfatória, às necessidades deste nosocômio, sendo certo que comprova a capacidade da licitante ao fornecimento ora proposto, além, ainda, de atender todas às exigências constantes no subitem 19.1 do instrumento editalício.

Outrossim, quanto as alegações da não apresentação dos registros da ANVISA e Certificados de boas práticas dos produtos por parte da empresa MHT DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, esta Unidade acompanha o entendimento lavrado pela Ilma. Pregoeira, eis que conforme simples consulta no site oficial <http://consultas.anvisa.gov.br/#/empresas/q/?cnpj=44929522000148>, podemos constatar que os registros encontram-se devidamente ativos, além, ainda, de terem sido oportunamente encaminhados à Administração no momento da habilitação, consoante se denota pelas informações apresentadas pela Comissão de Pregão III (fls. 60). Assim sendo entende-se que, a Recorrente não apresentou qualquer elemento comprobatório que justificasse a Administração a acolher às alegações apresentadas, culminando, por consequência, na inabilitação da Recorrida.

Ao fio do exposto, ao sentir desta Direção-Geral, as razões recursais apresentadas pela Recorrente não merecem prosperar, notadamente aquelas voltadas à não compatibilidade do Atestado de Capacidade Técnica e ausência de apresentação dos registros da ANVISA e Certificados de boas práticas dos produtos, eis que restou comprovado, no bojo do Pregão Eletrônico, que os documentos encontram-se compatíveis com as necessidades desta Administração, não apresentando qualquer razão que justificasse a inabilitação da empresa MHT DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA.

Ao Setor de Gestão de Processos, Contratos e Convênios para ciência e providências de estilo.


Adriane de Jesus Schenquel
Diretora-Geral do HMNF
Matrícula 299.287

Nova Friburgo/RJ, 22 de agosto de 2024.


Priscila Ignácia Martins de Oliveira
Coordenadora Geral de Enfermagem
Matrícula 207.459